

Senador

ANO 1 - Nº 1

ATAÍDES

A close-up portrait of a man with short dark hair, smiling warmly. He is wearing a white button-down shirt over a grey shirt. The background is a dark, neutral color.

Compromisso

com o Brasil e o Tocantins

Renovação

2016, o ano da virada

**Honestidade
e competência**

um mandato a
serviço do cidadão



**CURTA O SENADOR
NAS REDES SOCIAIS**



www.facebook.com/SenadorAtaidesOliveira



twitter.com/Senador_Attaides

www.ataidesoliveira.com.br

SUMÁRIO

Agência Senado



Oposição a favor
do Brasil
PÁGINA 4



Agência Senado

Um escândalo bilionário
PÁGINA 9

Divulgação



A farra eleitoral do
FIES e do Pronatec
PÁGINA 16

Divulgação



A farsa do
desemprego
PÁGINA 13

Divulgação



Tragédia
anunciada
PÁGINA 28



Assessoria de comunicação

Gabinete aberto
PÁGINA 31

Beleza e
oportunidade
PÁGINA 32



Daniel Bezerra

EXPEDIENTE

Jornalista responsável: Taisa Ferreira (2651/MG) - **Projeto gráfico/Diagramação:** Raimundo Aragão - **Produção:** Raquel Teixeira
Gabinete: (61) 3303.2163 **E-mail:** asscom.ataidesoliveira@senado.leg.br - ataides.oliveira@senador.leg.br



Compromisso com o Tocantins

Um Estado jovem e promissor, de uma beleza sem igual e oportunidades únicas, especialmente nas áreas de turismo, agronegócios e mineração. Mais que isso: um Estado em que as riquezas naturais se somam à força e determinação de seu povo. Tenho enorme orgulho de representar o Tocantins no Senado Federal, onde venho tentando, diariamente, lutar pelos interesses de nosso povo e de nossa região.

A crise econômica sem precedentes causada pelos desmandos da era PT tem impactos diretos junto aos tocaninenses, especialmente os mais humildes, que sofrem ainda mais com a disparada da inflação, dos juros e do desemprego. Por isso, minha oposição vigorosa a esse governo corrupto e incompetente e meu empenho a favor do crescimento da economia e de maior justiça social e igualdade de oportunidades para todos os brasileiros.

Na busca de melhorias para o Tocantins, também tenho atuado diretamente junto a várias au-

“Meu primeiro compromisso, hoje e sempre, é com o nosso Tocantins. Esse mandato estará sempre aberto à participação de cada um de vocês!”

toridades em Brasília para garantir avanços nos mais diversos setores: educação, infraestrutura, saúde etc. Foi com essa preocupação que assegurei a liberação de kits com equipamentos básicos para Conselhos Tutelares do Estado e apresentei emendas no valor de R\$ 12,9 milhões, beneficiando 36 dos nossos municípios no Orçamento Geral da União de 2015. São obras de reformas de hospitais, construção de postos de saúde, poços artesianos, infraestrutura urbana, turística e esportiva, entre outras.

Grande preocupação ainda é com a execução de projetos federais estratégicos para o desenvolvimento do nosso Estado, como a duplicação da BR 153, a conclusão da BR 010 e da BR 235 e a regularização fundiária dos 139 municípios tocaninenses.

A destinação de minhas emendas ao Orçamento de 2016 seguiu a mesma linha. Foram sete ao todo, no valor total de R\$ 15.342,436 mil. A maior parcela – R\$ 5.571,218 mil – foi

direcionada para apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Outros R\$ 3.671,218 milhões foram para a estruturação de rede de serviços de atenção básica de saúde; R\$ 3 milhões para unidades de atenção especializada; R\$ 1,5 milhão para projetos de desenvolvimento sustentável local integrado; R\$ 1 milhão para apoio à manutenção de unidades de saúde; R\$ 300 mil para a construção do edifício-sede da Procuradoria da República em Palmas e outros R\$ 300 mil para o batalhão da PM da capital.

Meu primeiro compromisso, hoje e sempre, repito, é com o nosso Tocantins. Esse mandato estará sempre aberto à participação de cada um de vocês!

Senador Ataídes Oliveira
PSDB/TO

OPOSIÇÃO a favor do Brasil

Senador Ataídes se destaca como uma das vozes mais firmes da oposição no Senado Federal

No atual cenário de profunda crise econômica, ética e política vivida pelo Brasil, o senador Ataídes vem se firmando como um dos mais ferrenhos críticos da era PT. Em discursos no Plenário, debates nas comissões permanentes do Senado ou votações de propostas legislativas, ele tem mantido uma posição corajosa e coerente contra os desmandos do governo Dilma e a favor dos interesses do país.

“Esse governo não perdeu apenas popularidade. Perdeu credibilidade. E sem credibilidade é impossível conduzir uma nação”, tem argumentado o senador. Sem meias palavras, ele defendeu por diversas vezes a renúncia da presidente Dilma e a punição exemplar do ex-presidente Lula, “um homem que hoje tem medo de ser preso, pois é o número 1 do esquema criminoso que lesou o país”.

A indignação de Ataídes não é apenas contra os escândalos de corrupção promovidos pelo PT e o vergonhoso aparelhamento partidário do Estado, mas também contra a situação econômica

caótica, com inflação e taxas de juros cada vez mais elevadas, arrocho fiscal, corte nos programas sociais, aumento das dívidas interna e externa e recessão. Estudos apresentados por ele comprovam que a escalada do desemprego é bem maior do que indicam os dados oficiais, manipulados pelo governo. Ataídes tem alertado ainda para a queda assustadora da poupança doméstica, essencial para garantir investimentos internos e alavancar a economia.

“O governo quer jogar nas costas do povo as contas pela ineficiência e irresponsabilidade dos últimos anos, com esse ajuste fiscal desastroso”, argumenta.

“A solução teria sido dialogar com empresários e lideranças políticas, além de estimular a produtividade, para tentar retomar o crescimento econômico. Mas agora é tarde. Com a credibilidade a zero, não existe mais espaço para o diálogo. “Só dá para enxergar alguma luz no fim do túnel se o PT deixar o governo”, conclui o senador tocantinense.

**POSIÇÃO CORAJOSA E COERENTE CONTRA
OS DESMANDOS DO GOVERNO**

“O PSDB não quer dar golpe algum. Foi o PT que deu um golpe no povo brasileiro.

Se o PT tivesse um pouco de patriotismo, deixaria o governo pelo bem do povo.

Precisamos reduzir o custo das campanhas políticas. Esse dinheiro não vira estrada, hospital, escola.



A HORA DO VOTO

“Aposentados e pensionistas não podem pagar a conta da desordem fiscal do PT. Vetar o reajuste real dos benefícios do INSS é ignorar as dificuldades em que vivem milhões de brasileiros que merecem uma

velhice digna depois de terem trabalhado e contribuído por tantos anos para a Previdência.” Atáides Oliveira, sobre o veto ao reajuste de todos os benefícios do INSS de acordo com a política de valorização do salário mínimo.

NÃO AO VETO 29



Foto: Divulgação

SIM À PEC 98/15

“A participação da mulher é fundamental para enriquecer o debate político.” Atáides Oliveira, sobre a proposta que amplia a participação das mulheres no Legislativo.

“O eleitor tem direito de saber como votam os seus representantes. Quem vota por convicção não precisa esconder o

SIM AO VOTO ABERTO

VOTO.” Atáides Oliveira, sobre o pedido de autorização da prisão temporária do senador Delcídio Amaral.

“O que afunda o país não é a reposição salarial de servidores. É a corrupção.”

Atáides Oliveira, sobre o veto ao reajuste dos servidores do Judiciário, com salários congelados há nove anos.

NÃO AO VETO 26

“O governo Dilma tinha garantido, de pés juntos, que não iria cortar

nenhum direito trabalhista. Mais uma mentira de campanha, para angariar VOTOS.” Atáides Oliveira, sobre a medida provisória que limita acesso ao seguro-desemprego.

NÃO À MP 655/14

Gastos abusivos de campanha são porta para corrupção

A reforma política é outra preocupação do senador Atáides, que apresentou em 2015 duas propostas para garantir maior transparência às campanhas e maior representatividade e legitimidade a partidos e candidatos.

O PLS 265/2015 acaba com o chamado cabo eleitoral, figura que remete a velhas e abusivas práticas de arregimentação eleitoral. Já o PLS 272/2015 limita o custo global das campanhas e prevê que o gasto em propagandas não pode ultrapassar 30% dos gastos totais. Ele também proíbe o candidato de bancar mais de 30% dos gastos da campanha com recursos próprios.

“Uma das raízes da corrupção vergonhosa no Brasil é o volume absurdo de gastos das campanhas eleitorais, que esbanjam milhões em marketing e propagandas mirabolantes e muitas vezes mentirosas. Basta ver a campanha da presidente Dilma”, justifica Atáides.

Convenção Nacional confirma força do PSDB

“Além de ter levado o Brasil ao atual desastre econômico, o PT fez com que o país perdesse o que de mais valioso uma nação e um governo podem ter: a credibilidade.” Foi essa a avaliação feita pelo senador Atáides durante a Convenção Nacional do PSDB que reconduziu o senador Aécio Neves à presidência do partido tucano, em julho passado.

Atáides, que é presidente do PSDB do Tocantins, sublinhou as

palavras do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que, em seu discurso, afirmou que o PT conduziu o Brasil na contramão da ética, da moral e do desenvolvimento. O senador destacou ainda que a Convenção Nacional demonstrou a força e a união do PSDB. “O partido está pronto para restabelecer um governo pautado pela decência e pelo interesse público”, resumiu.



Foto: Assessoria de comunicação

Atáides Oliveira na Convenção Nacional do PSDB, em Brasília: “Governo perdeu completamente a credibilidade.”

Até que enfim! A perspectiva de impeachment renova as esperanças de um Brasil melhor e acende uma luz no fim desse túnel escuro em que o país foi mergulhado pelo PT.

Senador Atáides

PSDB debate Caminhos para o Brasil

Reunidos em Brasília em setembro passado, lideranças políticas e economistas do PSDB aproveitaram o seminário Caminhos para o Brasil para avaliar o impacto dos graves erros cometidos na era PT e discutir propostas efe-

tivas para fazer frente à crise econômica. Uma das preocupações do senador Atáides foi debater o impacto das enormes perdas na poupança doméstica, que de janeiro a setembro já acumulavam mais de R\$ 48,5 bilhões.



Foto: Gerdan Wesley

O seminário Caminhos do Brasil foi promovido pelo Instituto Teotônio Vilela



Foto: Gerdan Wesley

Ataídes comemora autonomia do TCU

“A força de instituições democráticas como o Tribunal de Contas da União, a Polícia Federal e o Ministério Público é uma enorme conquista do povo brasileiro” analisou o senador Ataídes, ao comentar a rejeição das contas de 2014 do governo Dilma pelo TCU.

Depois de louvar a autonomia da maior corte de fiscalização do país, Ataídes foi incisivo. Para ele, não existe a menor dúvida de que a presidente cometeu crime de responsabilidade ao permitir a maquiagem do balanço contábil de 2014 por meio das chamadas pedaladas fiscais.

Homenagem ao trabalho das APAES

“Contem comigo nessa causa. As APAES desenvolvem um trabalho exemplar para que pessoas com deficiência intelectual tenham o justo direito à plena cidadania e a uma vida digna e feliz.” Foi o que afirmou o senador Ataídes, em agosto passado, durante sessão do Senado em homenagem aos 60 anos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Brasil.

Ataídes lembrou que, em 2011, ao assumir o mandato por 120 dias

na licença do então senador João Ribeiro, resolveu doar às APAES os salários recebidos no período. Foi nessa ocasião que decidiu conhecer pessoalmente as APAES de Palmas, Gurupi e Araguaína.

“Saí de lá me sentindo muito pequeno, diante de tantos voluntários e daqueles alunos sorridentes, inteligentes. Ninguém ali era doente, pelo contrário. Essas pessoas só precisam de cuidados especiais”, ponderou Ataídes.

Combinado tem jovem senadora do TO

A jovem Adrielle Moreira de Souza foi a representante tocantinense da turma dos 27 “jovens senadores”, que, por uma semana, viveram o dia a dia do Senado Federal em Brasília, apresentando, debatendo e votando projetos de interesse da nação. O senador Ataídes fez questão de acompanhar a “sessão de posse” da estudante do 3º ano do ensino médio na Escola Estadual Joaquim de Sena e Silva, do município de Combinado.

“O programa Jovens Senadores é valiosíssimo para estimular a cidadania e a participação política de nossos jovens. Tenho certeza de que esses estudantes vão aprender muito com essa experiência política e vão multiplicá-la, de forma positiva, para amigos e parentes, em cada estado”, comenta Ataídes. Adrielle assina embaixo: “A juventude precisa ser participativa, para entender os erros do passado e não cometê-los de novo.”



Foto: Assessoria de comunicação



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

CPI ouve o advogado Alexandre Paes dos Santos, um dos chefes do esquema criminoso no Carf

Um escândalo bilionário

Ataídes Oliveira presidiu a CPI do Carf, que pediu o indiciamento de 28 pessoas e empresas envolvidas nas investigações da Operação Zelotes

Foram oito meses de investigação rigorosa à frente da CPI do Carf, a comissão parlamentar de inquérito sobre o escândalo bilionário de sonegação e corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, órgão responsável pelo julgamento de recursos contra multas aplicadas pela Receita Federal. O trabalho conjunto com o Ministério Público, a Polícia Federal e a Receita Federal resultou no pedido de indiciamento de 28 pessoas e empresas investigadas pela Operação Zelotes. Mais que isso, abriu a discussão sobre a reestruturação do Carf, com uma proposta de emenda constitucional de autoria do presidente da CPI, senador Ataídes.

“Vamos fechar de vez essa porteira para a corrupção, indicando para o Carf apenas advogados tributaristas aprovados por concurso público. O critério de paridade, em que parte dos conselheiros é indicada pelos contribuintes, é absurdo. É como botar a raposa para tomar conta

É preciso reestruturar completamente o Carf e fechar de vez essa porteira para a corrupção

do galinheiro”, ponderou Ataídes, ao final das 26 reuniões da CPI, instalada em maio a pedido dele.

Pelos cálculos do senador tocan-tinense, foram desviados mais de R\$ 19 bilhões de recursos públicos. Conselheiros recebiam propina para anular ou reduzir autuações fiscais milionárias, num esquema que envolvia servidores públicos, escritórios de advocacia e contabilidade e empresas poderosas.

VENDA DE MPS

Ataídes lamentou apenas que a CPI não tenha aprofundado as investigações sobre a suposta venda de medidas provisórias, descoberta na Operação Zelotes. O esquema envolve o filho mais novo do ex-presidente Lula, Luis Cláudio Lula da Silva, os ex-ministros Erenice Guerra e Gilberto Carvalho, cujo comparecimento à CPI foi requerido várias vezes pelo senador.

“Infelizmente, o rolo compressor governista que dominou a CPI derrubou nossos requerimentos e atropelou as investigações. A partir de fevereiro vamos trabalhar para criar uma CPI sobre a venda de MPs, dessa vez com a participação de senadores e deputados. O Congresso não pode se calar diante de um crime de tamanha gravidade”, concluiu.

O relatório final da CPI pediu o indiciamento dos advogados José Ricardo da Silva e Alexandre Paes dos Santos, apontados como chefes do esquema criminoso no Carf. Também está na lista, entre outros, o lobista Mauro Marcondes, que repassou R\$ 2,4 milhões a Luis Cláudio Lula da Silva.

Carf

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

O que é



Ligado ao Ministério da Fazenda, julga processos envolvendo tributos cobrados pela Receita Federal.

Quem compõe



120
CONSELHEIROS



2
ANOS DE MANDATO

Os conselheiros são representantes da Fazenda e dos contribuintes, parte deles indicada por confederações de nível nacional.

O que a PF investiga na Zelotes



CONSELHEIROS

Conselheiros passavam informações privilegiadas do Carf para escritórios de assessoria, consultoria e advocacia.



ESCRITÓRIOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E ADVOCACIA



EMPRESAS MULTADAS PELA RECEITA

Escritórios procuravam empresas multadas e prometiam controlar o resultado dos julgamentos do Carf.

Fonte: Jornal O Globo

ARTIGO

O DNA DA CORRUPÇÃO

ATAÍDES OLIVEIRA

Nem é preciso fazer exame de DNA. Todo mundo sabe que a corrupção é filha da impunidade e da falta de transparência. Se o governo PT conseguiu mergulhar o Brasil numa crise moral e ética sem precedentes, do mensalão ao petrolão, é preciso não apenas investigar e punir de forma rigorosa corruptos e corruptores, como também escancarar portas e janelas e deixar que a luz do sol desinfete fraudes, desvios e tantas outras irregularidades que apodrecem a máquina pública, como bem ensinou o juiz americano Louis Brandeis, um século atrás. O acesso à informação pública não é um favor prestado à população por um ou outro governo, um ou outro dirigente de órgão público. É um direito básico do cidadão, garantido pela Constituição Federal e, mais



Divulgação

A corrupção é filha da impunidade e da falta de transparência. Somente um cidadão bem informado pode participar ativamente do cenário político

recentemente, pela Lei 12.527/11, conhecida como Lei da Transparência ou Lei de Acesso à Informação. Somente um cidadão bem informado pode participar ativamente do cenário político do seu país, do seu estado e do seu município, exercendo papel fundamental de fiscalização e correção da atividade governamental. É a força dessa participação popular que revigora e renova o jogo democrático.

O problema é que, apesar de bastante festejada, a Lei de Acesso à Informação acabou não saindo do papel em muitos casos. Seja por burocracia, falta de pessoal qualificado, problemas operacionais ou má vontade política. Pior: no decreto de regulamentação da lei, o governo dispensou as estatais de fornecer dados detalhados, com o argumento de que elas atuam em mercados

competitivos e que poderiam ser prejudicadas com a divulgação de algumas informações.

A falta de transparência explica por que os escândalos envolvendo desvios de recursos públicos têm se multiplicado nas empresas estatais, que movimentam ao todo cerca de R\$ 1,3 trilhão, pelos cálculos da ONG Contas Abertas. A ONG tem alertado, sistematicamente, para a desestruturação do Departamento de Coordenação e Governança de Empresas Estatais (Dest), com pessoal e recursos técnicos insuficientes para exercer sua função de fiscalização e controle.

Mas o problema não está restrito às estatais. A leniência de mecanismos de controle interno é rotina nos mais diversos órgãos e empresas públicas e alimenta as falhas de fiscalização da máquina governamental.

Chama atenção, ainda, o enfraquecimento gradativo da Controladoria-Geral da União, o principal órgão de controle interno federal, criado não pelo governo do PT – como a presidente Dilma tanto alardeou durante a campanha –, mas pelo governo Fernando Henrique, em 2001, como Corregedoria-Geral da União.

A CGU chegou a assegurar avanços importantes no combate à corrupção, especialmente na fiscalização

da aplicação de verbas repassadas aos municípios pelo governo federal. Mas o governo Dilma tratou de cortar progressivamente o orçamento da Controladoria, comprometendo de forma absurda a sua capacidade de fiscalização.

Entre 2011 e 2013, o orçamento da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da CGU foi reduzido em 41%, de acordo com o próprio relatório de gestão do órgão. Resultado: nesse período, o acompanhamento da execução dos programas do governo caiu 22% e o número de investigações foi reduzido em 47%, ou seja, quase metade. Uma irresponsabilidade, para dizer o mínimo!

Corrupção é um mal que precisa ser cortado pela raiz. Haja luz do sol, como ensinou Louis Brandeis. Haja investigação, isenta e rigorosa – e ao trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público tem que se somar um julgamento imparcial e célere, por parte do Judiciário.

Mais: é hora de limitar gastos milionários de campanha, que tornam candidatos e partidos reféns do poder econômico. É hora também de rever, de uma vez por todas, um modelo político que se presta a alianças duvidosas, movidas por interesses pontuais e muitas vezes contrárias ao interesse público.

Artigo publicado em 08 de maio de 2015 no Diário do Poder

ECONOMIA

Foto: Divulgação

Metodologia criativa

Crítérios distorcidos de pesquisa subestimam taxa de desemprego no Brasil

A criatividade petista na maquiagem de informações vai bem além das pedaladas fiscais. O desemprego só não passa dos 20% por conta do contorcionismo metodológico do IBGE no cálculo das taxas oficiais. Essa “metodologia criativa” foi denunciada com insistência ao longo de 2015 pelo senador Ataídes, que conseguiu realizar, pela primeira vez no Senado, audiência pública para debater os critérios usados para medir o desemprego.

Na audiência, realizada em outubro na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, a coordenadora de estatística do Ministério do Trabalho, Maria Emília Veras, admitiu “estranheza” pelo fato de as pesquisas ofi-

ciais considerarem empregado quem faz “bicos” vez ou outra, mesmo por uma hora semanal. Essa é, para Ataídes, uma das formas de o governo inflar o número de empregados e subestimar o de desocupados.

“O índice de 8,9% da PNAD contínua está longe da realidade”, defende Ataídes. Uma das distorções, alerta o senador, é que o desocupado que está há mais de 30 dias sem procurar emprego não entra na estatística como desempregado, mas como “desalentado”. O coordenador de trabalho e rendimento do IBGE, Cimar Pereira, explicou que o órgão segue critérios da Organização Interna-

cional do Trabalho. Mas, ao contrário da OIT, o IBGE não considera que buscar ajuda de amigos e parentes, por exemplo, é uma forma de procurar emprego.

Mais: na metodologia criativa do PT, parte dos beneficiados do seguro-desemprego e do Bolsa Fa-

mília é considerada empregada e os dez milhões de “nem-nem” – jovens que nem estudam nem trabalham – tam-

bém não engrossa o número dos desocupados.

“A distorção de dados mina a credibilidade do governo e do país junto a investidores internos e externos. Não é à toa que estamos à beira do abismo”, conclui Ataídes.

**DESEMPREGO
REAL PASSA DOS
20%**

Ataídes levanta debate sobre descontrolado da dívida pública

Um dos grandes nós da economia brasileira é o montante da dívida bruta do país: R\$ 3,813 trilhões, o equivalente a cerca de 66% da soma de todas as riquezas nacionais. Na opinião do senador Ataídes, o Congresso Nacional precisa votar com urgência um limite para a dívida da União. Ele ressalta que estados e municípios já têm que obedecer os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e que não há qualquer justificativa para não se cobrar o mesmo da União.

Recentemente, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle aprovou requerimento do senador Ataídes pedindo a realização de uma audiência pública para debater o descontrolado da dívida pública. A audiência, ainda sem data determinada, será com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e o secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Barbosa Saintive.

“A dívida brasileira chegou a um volume alarmante, que mostra a fragilidade de nossa economia e a situação caótica em que o PT mergulhou o Brasil”, afirmou Ataídes. Ele lembrou, ainda, que o descontrolado da dívida pública foi um dos fatores essenciais para que o Brasil tivesse sua nota de crédito rebaixada por agências internacionais de risco.

DÍVIDA BRUTA DO BRASIL
3,813
TRILHÕES DE REAIS

Correção da tabela do IR

A correção da tabela do imposto de renda tem que acompanhar a inflação para compensar, minimamente, as perdas dos trabalhadores. Foi com essa convicção que o senador Ataídes apresentou emenda para garantir que a tabela fosse corrigida para todos os contribuintes em 6,5%. Ele criticou duramente o reajuste proposto pelo governo, de 4,5% a 6,6% de acordo com as faixas salariais. “Tratar os contribuintes de forma diferenciada é uma discriminação inconstitucional”, argumentou, lembrando ainda que a defasagem entre os índices de inflação e a correção da tabela já passa de 30% no governo PT.



Foto: Divulgação

A poupança
perdeu mais de
R\$ 57 bilhões
de janeiro a outubro de 2015
comprometendo ainda mais a capacidade de investimento



BNDES: mais transparência

As operações do maior banco de fomento nacional, o BNDES, vão ganhar mais transparência com a lei proveniente da MP 663/2014, relatada no Congresso Nacional pelo senador Ataídes. Foi ele quem incluiu na medida provisória a emenda que obriga o governo a publicar na internet, a cada dois meses, balanço do impacto fiscal de todas as operações do Tesouro com o BNDES.

“Transparência é obrigação não apenas do BNDES, mas de todas as instituições e órgãos públicos”, avalia Ataídes. Entre 2008 e 2014, a União repassou ao BNDES mais de R\$ 400 bilhões.



Foto: Gerdan Wesley

Desoneração da folha: MP 669 é devolvida após críticas de Ataídes

O Senado tomou uma decisão histórica ao devolver ao governo a medida provisória que acabava com a política de desonerações da folha de pagamento das empresas. A decisão foi anunciada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, pouco depois de o senador Ataídes ter feito um discurso duríssimo em Plenário criticando o impacto negativo da medida e pedindo que ela fosse recusada pelo Congresso.

“Foi uma vitória do Congresso Nacional e do povo brasileiro. O governo não pode aumentar impostos por medida provisória. Isso é inconstitucional”, resumiu Ataídes. Para o senador tocantinense, o custo dessa medida acabaria, como sempre, no bolso de todos os brasileiros, pois os empresários não conseguiriam absorver mais essa despesa e seriam forçados a repassá-la ao consumidor.

O governo não pode aumentar impostos por MP

A farra eleitoral do FIES e do Pronatec

Senador denuncia má gestão e abusos em programas federais de educação

Uma das maiores preocupações do senador Ataídes em 2015 foi alertar para o rombo no Programa de Financiamento do Ensino Superior (Fies) e no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), ambos essenciais para a qualificação e inclusão social de estudantes carentes. “A má gestão e a farra de gastos para conquistar votos nas eleições tornaram esses programas insustentáveis. Quem paga a conta são os mais pobres, com o aumento das exigências para o Fies e a redução de vagas no Pronatec”, alertou ele por diversas vezes no Plenário e nas comissões permanentes da Casa.

Os gastos com o Fies aumentaram de R\$ 880 milhões, em 2010, para R\$ 13,7 bilhões, em 2014. Não houve, em troca, qualquer resultado positivo. Pelo contrário: em 2014, a média de crescimento do número de formandos caiu pela primeira vez em 11 anos.

Para Ataídes, a elevação da nota mínima exigida no Enem atinge em cheio os mais pobres, que não têm condições de cursar boas escolas particulares.

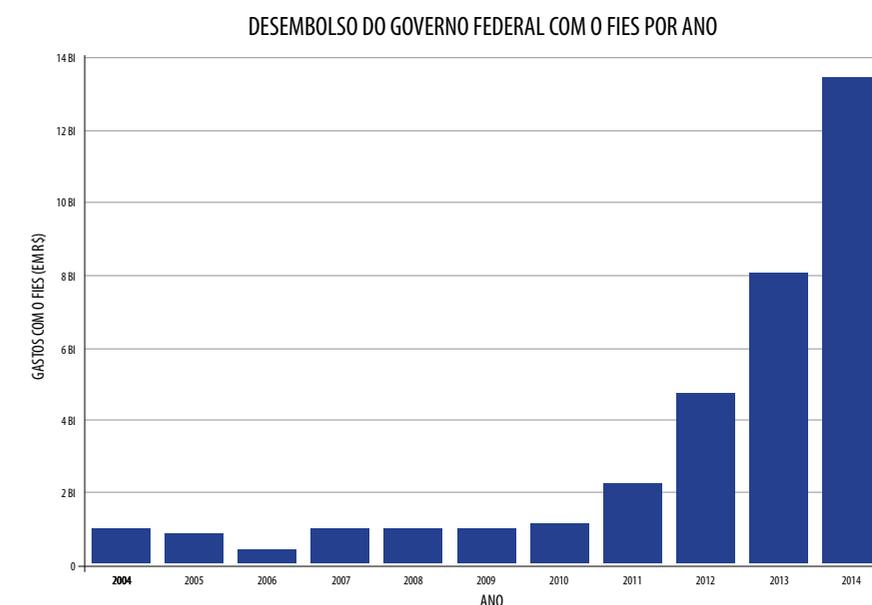


Foto: Divulgação



Os gastos com o Fies aumentaram de **R\$ 880 mi** em 2010, para **R\$ 13,7 bi** no ano passado.

Em resposta a um questionamento do senador durante audiência pública na Comissão de Educação, o então ministro da Educação, Renato Janine, admitiu ser muito elevado o teto de renda familiar de 20 salários mínimos para inscrições no Fies. “Esse é um programa que deveria ser destinado especificamente aos estudantes mais carentes”, argumentou Ataídes.

PRONATEC

Em relação ao Pronatec, o senador tocantinense apontou um prejuízo acumulado de R\$ 8 bilhões e um índice de evasão escolar de

60%. “O governo continuou contabilizando e bancando os gastos de muitos dos alunos que abandonaram os cursos”, denunciou.

Ataídes lembrou ainda que estudo do próprio Ministério da Fazenda admitiu que alunos formados pelo Pronatec não tiveram qualquer vantagem no mercado de trabalho.

Outra denúncia é a falta de pesquisas sobre o tipo de formação oferecida aos estudantes: “São as empresas privadas e o Sistema S que decidem os cursos a serem abertos em cada cidade, só com intuito de receber mais dinheiro público e sem levar em conta o mercado de trabalho.”

AUDITORIA

Uma das maiores vitórias de Ataídes foi garantir uma auditoria rigorosa do Tribunal de Contas da União nos gastos do Fies, Pronatec, seguro-desemprego e seguro-defesa.

No requerimento, aprovado em setembro na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o senador pede que o TCU verifique se os quatro programas receberam recursos compatíveis com a disponibilidade orçamentária e se a ampliação de recursos em anos eleitorais teve ou não amparo técnico.

Aposta na qualificação profissional

De olho na importância da capacitação e da qualificação profissional para a inclusão num mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo, o senador Ataídes apresentou em 2015 quatro projetos de lei – PLS 266/15, PLS 267/15, PLS 268/15 e PLS 269/15. O objetivo das propostas é isentar da contribuição compulsória para o Sistema S as empresas que oferecem cursos profissionalizantes para seus funcionários. A regularidade e a eficiência desses cursos seriam examinados pelo Ministério da Educação.

Uma caixa preta que precisa ser aberta

Abusos e irregularidades do Sistema S estão na mira de Ataídes Oliveira



Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ataídes presidiu audiência pública na CMA com representantes do Sistema S e de condecorações empresariais

Voz firme no Congresso Nacional contra os abusos e as irregularidades do Sistema S, o senador Ataídes conseguiu realizar uma audiência pública sobre a eficiência dos cursos técnicos oferecidos pelo Senai, Senac, Senar, Senat, SESCOOP e Sebrae. Foi a primeira vez que o Senado debateu a questão, fundamental

diante da deficiência na capacitação e qualificação da mão de obra no Brasil – um dos maiores gargalos da economia nacional, como ressaltou Ataídes.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA DO SISTEMA S EM 2014

**31 BI
DE REAIS**

Na audiência realizada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com representantes do Sistema

S e de confederações empresariais, o senador questionou os

motivos pelos quais o Sistema S tem uma taxa tão reduzida de gratuidade nos cursos oferecidos aos trabalhadores, mesmo recebendo recursos bilionários provenientes das contribuições recolhidas compulsoriamente das empresas nacionais.

“A proposta do Sistema S é realmente excelente, mas acabou desvirtuada ao longo do tempo. É preciso dar transparência ao sistema, que hoje funciona como cabide de empregos e fundo de pensão”, afirmou.

ARTIGO

#SOUSISTEMAS

ATAÍDES OLIVEIRA

Acuados diante da proposta de retenção de 30% das contribuições que alimentam os serviços sociais autônomos, dirigentes do Sistema S têm disparado ameaças despropositadas, como o fechamento de cursos de qualificação profissional. Jogam para a plateia. Documentos da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União revelam que a receita orçamentária dessas entidades ultrapassou R\$ 31 bilhões no ano passado e que elas fecharam 2014 com mais de R\$ 17,5 bilhões no mercado financeiro. Detalhe: entidades como Senai e Senac cobram – e cobram caro – pela maioria dos cursos que oferecem. É indiscutível a importância da qualificação profissional para abrir portas num mercado de trabalho cada vez mais fechado e exigente. A qualificação da mão de



Divulgação

obra também é essencial para alavancar a produtividade e competitividade das empresas, ainda mais num momento de crise econômica tão profunda como o que atravessamos hoje, por conta da irresponsabilidade e incompetência da era PT. Nesse cenário, é estratégico fortalecer o Sistema S, cujos cursos, pelo menos os de longa duração, têm excelência técnica inquestionável.

Soa estranho, para o autor de um livro intitulado “A Caixa Preta do Sistema S”, defender o fortalecimento dos serviços sociais autônomos? De forma alguma. Defender o Sistema S é ter coragem de apontar erros e desvios cometidos por seus gestores ao longo dos anos e tentar corrigir distorções que prejudicam milhões de trabalhadores: cumulatividade de cargos; valores alarmantes das folhas de pagamento; regime

Defender o Sistema S é ter coragem de apontar erros e desvios cometidos por seus gestores ao longo dos anos e tentar corrigir distorções

caótico de contratações de serviços e compra de materiais; irregularidades na aplicação de verbas acertadas em convênios milionários com o governo federal; desvios de finalidade.

Entidades como Senai, Sesc e Senart foram criadas para oferecer serviços gratuitos de lazer, saúde e qualificação profissional aos trabalhadores. Não para investir no mercado financeiro, imobiliário e comercial. Mas dados do TCU mostram que o Sesi tinha, já em 2010, receita patrimonial de R\$ 276 milhões! E o Sesi é só um exemplo.

Volto aos números de 2014. A receita orçamentária de R\$ 31 bilhões supera em meio bilhão o rombo fiscal previsto para o país em 2016. Os quase R\$ 18 bilhões de disponibilidade financeira correspondem ao valor a ser arrecadado com um possível aumento de impostos, pelos cálculos do ministro da Fazenda – proposta, aliás, abusiva, considerando que a carga tributária no Brasil já é uma das maiores do mundo.

Vale destacar que as contribuições recolhidas compulsoriamente das empresas para o Sistema S

têm natureza tributária. Ou seja, é dinheiro público, que deveria estar subordinado às normas gerais de Direito Tributário.

Isso está longe de acontecer. Esses recursos são aplicados ao bel prazer das confederações empresariais, sem qualquer controle ou transparência. E mais: Sesi e Senai arrecadam parte de suas receitas diretamente das indústrias, sem a intervenção da Receita Federal – uma afronta às leis e à Constituição.

Submetidos à exata letra da lei, tais recursos teriam de ser incorporados ao Orçamento da União. Num momento de crise aguda, como a atual, nada mais justo que determinada parcela dessas contribuições seja aplicada em setores como saúde ou previdência. Sem prejuízo algum para os trabalhadores, como querem fazer crer.

Chorar de barriga cheia é subestimar a inteligência do povo brasileiro, a quem, de fato, o Sistema S pertence e ao qual, necessariamente, ele deve servir. Essa é uma bandeira da qual não vamos abrir mão: #SouSistemaS.

Artigo publicado em 09 de outubro de 2015 na Folhaonline



Foto: Divulgação

CHEGA DE VIOLÊNCIA!

Projeto de Ataídes rompe ciclo vicioso da violência doméstica

O projeto de lei 233/2013 do senador Ataídes determina a reserva de pelo menos 5% das vagas dos cursos técnicos oferecidos pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem e pelo Sebrae para mulheres vítimas de violência. Os cursos deverão ser gratuitos. É uma iniciativa estratégica para derrubar uma das principais

barreiras que mantém muitas mulheres ainda ligadas ou mesmo submissas a seus agressores: a dependência financeira.

Na Comissão de Educação, onde foi aprovado em agosto, o projeto foi considerado determinante para romper o ciclo vicioso da falta de qualificação profissional, da dependência econômica e

da violência doméstica imposta a muitas mulheres.

A presidente do PSDB Mulher do Tocantins, Cíntia Ribeiro, também ressaltou a importância do projeto apresentado por Ataídes Oliveira. “Infelizmente, ainda vivemos numa sociedade machista e a violência ainda faz parte do dia a dia de milhões de

O Brasil tem mais de 5.500 municípios e apenas:

500
delegacias especializadas
de atendimento à mulher

92
juizados/varas especializadas

72
casas abrigo

59
núcleos especializados
da Defensoria Pública

De janeiro a junho de 2015 foram registradas:

1292
denúncias no Tocantins

270
queixas em Palmas

mulheres, país afora. A independência financeira pode ser uma luz no fim do túnel para muitas dessas vítimas”, alertou.

Relatório do Ministério da Justiça mostra que a cidade de Palmas tem o maior índice de violência doméstica do país: 133 casos de violência contra a mulher para cada 100 mil habitantes em 2014. No Tocantins, são 57,31 ocorrências para cada 100 mil habitantes.

O PLS 233/2013 está agora em análise na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

REDE DE PROTEÇÃO

“Precisamos ajudar essas mulheres a terem coragem de denunciar seus agressores. Qualquer um pode ligar para o Disque 180 quando souber de um caso de violência doméstica”, pondera o senador tocantinense. O grande problema, na opinião de Ataídes, é que, apesar do avanço da legislação, o governo não se empenha da forma devida para estruturar os serviços básicos de atendimento à mulher vítima de agressão.

“O número de abrigos, de delegacias e juizados especializados ainda é irrisório, num país com as dimensões do Brasil. Também faltam profissionais capacitados para atender as vítimas nas unidades de saúde e centros sociais”, avalia. Cabe ao Congresso Nacional e à sociedade organizada cobrar a implantação efetiva dessa rede de proteção às mulheres.

INFRAESTRUTURA



A melhoria da BR 153, rodovia estratégica para o Tocantins, merece atenção especial do senador Ataídes, que preside subcomissão sobre obras paralisadas

Cemitério de obras inacabadas

Duas delas são a duplicação da BR 153 e trecho da Ferrovia Norte-Sul em TO

“O Brasil virou um cemitério de obras inacabadas. São centenas de pontes, rodovias, ferrovias, escolas e hospitais abandonados país afora”, alerta o senador Ataídes, que preside, desde o início de 2015, a subcomissão temporária de fiscalização da aplicação de recursos públicos federais em obras paralisadas. Foi ele o autor da proposta da subcomissão, ligada à Comissão de Meio

Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado.

Ataídes lembra que, ainda em 1995, uma comissão especial do Senado identificou mais de mil obras interrompidas e sugeriu mecanismos de acompanhamento nunca implementados. Em

no país. “É preciso atualizar esse levantamento com urgência, identificar e punir os responsáveis pelo atraso ou abandono, além de sugerir medidas legislativas para evitar que esse tipo de prática se repita”, defendeu o senador.

BR 153

No Tocantins, obras paralisadas também são problema grave. Muitas estavam previstas no PAC II e já licitadas, como a pavimentação dos setores Maracanã e Universitário,

LEVANTAMENTO DE
2007 JÁ INDICAVA

400

OBRAS FEDERAIS
PARADAS NO PAÍS

2007, auditoria do Tribunal de Contas da União mapeou cerca de 400 obras federais paradas

o recapeamento dos setores Raizal, Tereza Hilário Ribeiro e São João, a pavimentação dos setores Morada do Sol, Ana Maria, Tocantins, parte do Araguaína Sul e do Univer-sitário. O trecho da Ferrovia Norte-Sul que vai de Palmas a Anápolis foi “inaugurado” em 2010, mas as obras nunca fo-ram concluídas.

A melhoria da BR 153, rodo-via estratégica para o Tocantins, merece atenção especial do se-nador Ataídes. Ele trabalhou de forma insistente para incluir a duplicação do trecho de Aliança a Paraíso no Orçamento de 2015, além garantir no PAC III onze travessias urbanas para a BR.

GURUPI

Foi graças à gestão de Ataí-des junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres que o tre-cho urbano de Gurupi foi inclui-do no edital de concessão para a duplicação da rodovia.

“É, acima de tudo, uma ques-tão de segurança para o tocanti-nense”, defende o senador, que promete continuar trabalhando com afinco para que a obra seja finalizada. A subcomissão tam-bém vai fiscalizar obras cujos recursos tenham sido liberados, mas que ainda não tenham sido iniciadas.

Emprego e renda para o Tocantins

Ecoporto de Praia do Norte teve todo apoio de Ataídes

A atuação do senador Ataídes foi fundamental para tirar do papel o projeto do Ecoporto de Praia Norte, a 639 km de Pal-mas. Ele se empenhou pessoalmente nas negociações com o governador do Amazonas, José Melo de Oliveira, para que fosse implantado na cidade tocantinense um pólo de distribuição de produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A expec-tativa é que o porto fluvial, que teve sua primeira etapa inaugu-rada no ano passado, venha a gerar mais de dez mil empregos para a população do Tocantins.

“O Ecoporto de Praia Norte vai impulsionar a industrializa-ção da região do Bico do Papagaio e gerar emprego, renda e desenvolvimento para o nosso Estado. Ele também é um proje-to estratégico no fluxo logístico do país, ligando a Região Norte ao Atlântico. Por isso fiz questão absoluta de me envolver de perto nesse projeto”, comemora Ataídes.

A intenção do senador, em 2016, é acelerar a contratação das empresas responsáveis pela operação do entreposto que vai distribuir os produtos da Zona Franca. Até 2018, o Ecoporto deverá comercializar combustíveis e commodities.



Rampa de ancoramento do Ecoporto de Praia Norte, empreendimento que deve gerar mais de 10 mil empregos no TO

ARTIGO

ENTRE NUVENS NEGRAS

ATAÍDES OLIVEIRA

Um barco à deriva num mar de nuvens negras, relâmpagos e trovoadas. É esse o cenário econômico nacional. Os números falam por si: a dívida pública bruta bateu em R\$3,789 trilhões em setembro, o equivalente a 66% do PIB; a inflação acumulada em 12 meses é de 9,77%, a maior em 13 anos; a taxa de juros, de 14,25%, é a mais alta do mundo; o PIB tem queda prevista de 3% em 2015, na pior recessão desde 1990; o desemprego, que oficialmente já chega a alarmantes 8,7%, gira de fato em torno de 30%, descontados os contorcionismos metodológicos que subestimam o total de desocupados e inflam o de empregados. Mais: de janeiro a setembro, a caderneta de poupança perdeu R\$ 53,8 bilhões, comprometendo de forma



Divulgação

A incompetência e a irresponsabilidade do PT levaram a um rombo histórico nas contas públicas

assustadora a capacidade de investimentos internos e a saúde do mercado imobiliário. Não é à toa que a construção civil está em queda livre, com quase 500 mil demissões neste ano. A incompetência e a irresponsabilidade do PT levaram ainda a um rombo histórico nas contas públicas. Incluídas as pedaladas fiscais, o déficit primário de 2015 ultrapassa a casa dos R\$ 100 bilhões. O rombo da Previdência também está nessa faixa e deve chegar a R\$ 124,9 bilhões em 2016. Na iniciativa privada, as nuvens não são menos escuras: nossas empresas devem cerca de US\$ 220 milhões. Perdido em meio à tempestade plantada na era PT, o governo Dilma adota uma política econômica errática e improvisada, que já custou ao Brasil a perda do grau

de investimento por parte de uma das principais agências internacionais de classificação de risco, a Standard & Poor's. Com a credibilidade ladeira abaixo, o Brasil está a um passo do grau especulativo também na Moody's e na Fitch. Aí, sim, a catástrofe econômica estará consolidada, com a fuga maciça de investimentos externos. No Tocantins, o cenário é parecido. Raios e trovões castigam sem dó o povo, as empresas e as finanças públicas. A máquina estatal é tão inchada que mal consegue se mover. Ou existe justificativa plausível para haver mais de 17 mil cargos comissionados e terceirizados, 23 secretarias e 21 fundações e autarquias com status de secretarias? Só a folha de pagamento consome mais de R\$ 3,3 bilhões das receitas governamentais, inviabilizando a capacidade de investimento público. O Estado mais novo

do país é hoje um dos maiores devedores da Federação.

O mais grave é que, em vez de enxugar a administração e cortar despesas irresponsáveis criadas para atender favores políticos, o governo estadual optou por aumentar impostos, jogando as contas do desequilíbrio fiscal nas costas dos tocaninenses, já tão sofridos.

O horizonte sombrio de desequilíbrio econômico fica ainda mais obscuro diante da insegurança jurídica causada pela expectativa de que mais dia, menos dia, o governo Marcelo Miranda será novamente cassado. Difícil vislumbrar tempos de bonança no Tocantins. Já no caso da tempestade que abate o país, não há dúvida: para enxergar algum raio de sol em meio à escuridão, basta o PT deixar de vez o governo. Pela renúncia ou pelo impeachment.

Artigo publicado em 08 de novembro de 2015 no Jornal do Tocantins

Projeto de Ataídes reduz desperdício de alimentos

Restaurantes, padarias e supermercados têm que se responsabilizar pelo destino final do que não é consumido

O Brasil é o quarto produtor mundial de alimentos, mas também um dos campeões globais em desperdício: 64% do que plantamos é perdido ao longo da cadeia de produção e consumo, segundo a Embrapa. Para reduzir esse desperdício, o senador Ataídes quer que supermercados, padarias, restaurantes e outros estabelecimentos que comercializam alimentos se responsabilizem pelo destino final do que não é vendido. Produtos em perfeitas condições para consumo humano devem ser doados para entidades sociais; os demais devem ser encaminhados para compostagem ou fabricação de ração animal. É o que prevê o projeto de lei 672/15, apresentado em outubro passado pelo senador.

“Cerca de 26 milhões de toneladas de alimentos vão parar no lixo a cada ano, boa parte em perfeitas condições de consumo. “Se essa montanha de frutas e verduras fosse destinada a doações, não haveria tanta gente passando fome Brasil afora”, lamenta o senador.

64%
do que se planta no país é perdido ao longo da cadeia de produção e consumo

FOME

Apesar dos avanços na redução da miséria, o Brasil ainda tem 3,4 milhões de pessoas subalimentadas, segundo relatório da ONU. Pesquisa do IBGE mostra realidade ainda pior: mais de 7 milhões de brasileiros convivem diariamente com a fome.

O PLS 672/15 determina que todos os estabelecimentos com mais de 200 m² dedicados à comercialização ou manipulação de alimentos, industrializados ou não, firmem contratos com organizações sociais dedicadas à coleta e distribuição de alimentos e refeições ou com empresas dedicadas à produção de ração animal e compostagem. A pena prevista para o descarte indevido de alimentos é de R\$ 100 mil.

O projeto prevê responsabilidade civil ou penal em caso de dolo ou negligência das empresas, se houver algum dano à saúde dos beneficiados. “Muitas empresas hoje deixam de doar alimentos em perfeitas condições de consumo com medo das consequências legais, já que não existe essa ressalva de dolo ou negligência”, observa Ataídes, que também destaca o impacto positivo que o projeto trará do ponto de vista ambiental.



Foto: Anália Franco

O rompimento da barragem de Fundão despejou 62 bilhões de litros de rejeitos de minérios no Rio Doce

Tragédia anunciada

Ataídes abre debate sobre a segurança das 663 barragens de rejeitos minerais

Se não houver uma revisão urgente nas ações e metodologia de fiscalização de todas as barragens de rejeitos minerais do país, é grande o risco de novas tragédias socioambientais como a de Mariana, em Minas Gerais. Essa foi a principal conclusão da audiência pública presidida no início de dezembro pelo senador Ataídes na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) do Senado. O senador se comprometeu a trabalhar na revisão da atual legislação, que deixa a cargo dos próprios empreendedores as ações de segurança e gestão de risco das barragens.

A audiência, que teve a participação do diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Telton Elber Corrêa, e do superintendente da Agência Nacional de Águas (ANA) Carlos Motta Nunes, foi solicitada pelo senador Ataídes, que justificou: “zelar por segurança e por preservação ambiental é obrigação básica de qualquer governo minimamente responsável”.

MULTAS IRRISÓRIAS

Ataídes observou que o valor das multas ambientais no Brasil é irrisório diante do montante cobrado em outros países e que

menos de 2% das multas aplicadas pelo Ibama entre 2009 e 2013 foram de fato quitadas. “Mesmo se a multa chegasse à casa dos 20 ou 30 bilhões de reais, e fosse in-



Foto: Divulgação

tegralmente quitada, será que isso pagaria as vidas perdidas na tragédia de Mariana? A destruição de um vilarejo inteiro, a morte do

rio Doce, a perda da biodiversidade? De jeito nenhum. Não existe dinheiro que compense tanta destruição”, ponderou.

O senador tocantinense cobrou explicações sobre a fragilidade da fiscalização nas 662 barragens de rejeitos de mineração e sobre a precariedade das informações prestadas pelas mineradoras. Em mais da metade dos casos não se conhece nem o volume exato de rejeitos armazenados pelas barragens. As informações sobre o grau de risco das barragens também são incompletas e imprecisas.

Outro problema constatado na audiência foi a desestruturação do órgão fiscalizador desse tipo de barragem, o DNPM, que não tem recursos técnicos, orçamentários e humanos para conduzir as ações de fiscalização.

O mais grave, no entanto, argumentou Ataídes ao final da audiência, é o fato da Política Nacional de Segurança de Barragens delegar aos próprios empreendedores a responsabilidade pelas ações de segurança, vistorias periódicas e gestão de risco. “É um absurdo. Vamos apresentar um projeto realmente focado na prevenção de acidentes, garantindo a segurança das barragens em todas as etapas, ou seja, do projeto à manutenção”, assegurou.



Foto: Divulgação

Energia solar: de olho no futuro

Preocupado com o equilíbrio ambiental e a crise energética que tem deixado os brasileiros sujeitos a repetidos apagões, o senador Ataídes apresentou projeto para baratear a produção de placas solares e tornar a energia fotovoltaica mais acessível à população. O PLS 37/2013, que isenta equipamentos de energia solar de impostos sobre importação, já foi aprovado pelo Senado e está em análise na Câmara.

“Temos matéria-prima em abundância. Não apenas Sol, mas também silício, a partir do qual são fabricadas células de energia fotovoltaica. O que não temos ainda é tecnologia para industrializar e produzir em maior escala. É isso que vamos conversar com o ministro Eduardo Braga”, explicou o senador, ao defender a realização de uma audiência pública no Senado com o ministro das Minas e Energia.

Regularização fundiária

A regularização fundiária tem sido uma das maiores bandeiras do senador Ataídes no Tocantins. Desde 2013, ele tem atuado de maneira firme junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, pedindo apoio aos projetos de regularização fundiária dos 139 municípios do Estado. Sítio Novo foi o primeiro a garantir a regularização, no último mês de julho.

“Precisamos lutar para que o tocantinense seja legalmente dono de seu patrimônio, na área urbana e na área rural. Ter a documentação em dia é um direito de todo cidadão. Também é garantia básica para que empresas possam investir na região, gerando mais emprego e renda para a população”, afirmou Ataídes.

Reforço no combate à violência

Emenda de Ataídes garante R\$ 300 mil para PM de Palmas

Uma pessoa é morta a cada meia hora nas capitais brasileiras. A estatística faz parte do 8º Anuário Nacional de Segurança Pública, divulgado em outubro passado durante o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. De acordo com o estudo, em 2014 houve 15.932 assassinatos nas 27 capitais; Palmas ficou em 20º lugar nesse ranking, com 27,9 mortes violentas para cada 100 mil habitantes.

Para a Organização Mundial da Saúde, locais com índices iguais ou superiores a 10 são tidos como zonas endêmicas de violência.

VONTADE POLÍTICA

Preocupado com a crise da segurança pública, o senador Ataídes Oliveira fez questão de direcionar para o batalhão da Polícia Militar de Palmas uma das emendas por ele apresentadas ao Orçamento de 2016 da União. São R\$ 300 mil a serem aplicados na compra de com-



Foto: Divulgação

População não pode ficar refém do medo e da violência

putadores, coletes à prova de bala, outros materiais e equipamentos necessários ao reaparelhamento e à modernização da estrutura da PM em Palmas.

“É o mínimo que podemos fazer para reforçar o trabalho das forças de segurança na cidade. Mas é preciso vontade

política por parte das autoridades responsáveis para que a população não fique refém do medo e da violência”, argumenta o senador.

ORÇAMENTO MENOR

Ataídes lamentou a redução de investimentos na área de segurança por parte do governo estadual – o orçamento do setor foi de R\$ 582 milhões em 2014, contra R\$ 588 milhões em 2013. De acordo com o Anuário Nacional, apenas três unidades da federação diminuíram a verba destinada à segurança em um ano: Mato Grosso, Piauí e Tocantins.

Gabinete aberto aos tocantinenses



O padre Jarbas, presidente do Hospital Dom Orione, de Araguaína, e o diretor administrativo Osvaldo Cunha apresentaram a prestação de contas do hospital, beneficiado por emenda parlamentar de Ataídes.



A prefeita de Miracema, Magda Borba (PR), e seu marido Rainel Barbosa agradeceram o apoio do gabinete de Ataídes para o desenvolvimento de áreas fundamentais, como saúde e educação.



Vereadores de Guaraí fizeram questão de agradecer ao senador o empenho de recursos para pavimentação asfáltica do município.



Fotos: Assessoria de comunicação

Senador Ataídes recebeu no gabinete o prefeito de Formoso do Araguaia, Wagner Coelho (SDD), e seus secretários. O município foi beneficiado com emenda para a pavimentação asfáltica.



A cidade de Centenário foi contemplada com emendas para obras de pavimentação e academias ao ar livre. O prefeito Wesley Camilo (PSDB) levou a família para conhecer o senador em Brasília.



Eronides Teixeira (PSDB), prefeito de Taguatinga, também marcou presença em Brasília, junto com secretários municipais. O município foi outro beneficiado com emenda para melhoria de suas vias urbanas.

Beleza e oportunidade

É preciso incentivar o turismo ecológico, uma vocação natural do Tocantins

Centenas de cachoeiras cristalinas, grutas, trilhas ecológicas, corredeiras, praias de rio, montanhas esculpidas pela ação da água e dos ventos, a maior ilha fluvial do mundo, parques estaduais com florestas inundadas e centenas de espécies de aves e peixes, além de animais silvestres, como o tuiuiú, o servo, as iguanas, as seriemas e os jacarés, a beleza natural do Tocantins e a riqueza de sua biodiversidade fazem com que o Estado tenha um dos maiores potenciais turísticos do Brasil. Uma vocação econômica ímpar, que precisa ser melhor explorada para gerar mais renda e emprego para a região.

Incentivar o turismo ecológico no Tocantins é uma das bandeiras do senador Ataídes, que não perde a chance de louvar as belezas do parque do Cantão, da região do Jalapão (foto) e das praias de areia branca dos rios Tocantins e Araguaia. Cidades históricas como Porto Nacional, Monte do Carmo e Natividade também merecem atenção especial, de forma a preservar características básicas do ciclo do ouro e atrair turistas do país inteiro. “Cultura e tradição são patrimônios da maior importância, que precisam ser cultivados de geração em geração”, defende Ataídes, que aponta a vocação para o turismo como uma das maiores oportunidades econômicas para o desenvolvimento sustentável do Tocantins.



Cachoeira do Registro



Gruta da Lapa



Praia do Prata



Fervedouro do Jalapão

Encontro com Aécio e FHC

Lideranças tucanas de várias regiões do Tocantins estiveram reunidas para discutir o encontro do PSDB estadual com o presidente do PSDB nacional, senador Aécio Neves, e com o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

O objetivo é aproximar e alinhar o discurso da base tocantinense com a experiência das lideranças tucanas do Brasil.

“Nós acreditamos no fortalecimento da legenda com esse grande evento no Tocantins”, destacou Ataídes, responsável por articular a reunião, que acontecerá em Palmas.



Foto: Gerdan Wesley

Com o senador Aécio Neves, no Plenário do Senado Federal

PSDB mais forte nas eleições de 2016

“Vamos trabalhar para eleger pelo menos 50 prefeitos no Tocantins, em 2016”. Essa é a expectativa do presidente do PSDB regional, senador Ataídes, que se empenhou diretamente na formação das 126 comissões municipais do partido. O senador também tem trabalhado pessoalmente para impulsionar a campanha de filiação ao PSDB, que vive um momento de renovação no Tocantins.

“Estamos fazendo o trabalho de campo, investindo nas nossas comissões com ajuda de custo para cobrir despesas, visitando as cidades, participando nas Câmaras municipais e ouvindo de perto a necessidade de nossos prefeitos e da população tocantinense”, afirmou Ataídes.



Foto: Daniel Bezerra

No escritório de Palmas, com a comissão estadual do PSDB

PSDB/TO questiona na justiça aumento de impostos estaduais

O PSDB do Tocantins ingressou com cinco Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) no Tribunal de Justiça do Estado questionando o aumento de impostos estaduais a partir de 2016. O presidente estadual da legenda, senador Ataídes, classificou o pacote enviado pelo governo Marcelo Miranda como “uma covardia para com o povo tocantinense”.

“O PSDB é contra esse pacote da maldade, ainda mais

num momento em que empresas e cidadãos já são duramente penalizados com a disparada da recessão, do desemprego e da inflação”, ressaltou Ataídes. Em vez de jogar a conta da crise e do desequilíbrio fiscal nas costas da população, argumenta o senador, o governo estadual deveria incentivar a produção, cortar os cargos comissionados, reduzir o número de secretarias e diminuir despesas com viagens.

Ataídes denuncia penúria das prefeituras

O senador Ataídes se solidarizou com os prefeitos do Tocantins, que, no último mês de setembro, paralisaram as prefeituras em protesto contra a crise financeira que vivem as gestões municipais. Ele cobrou o cumprimento da promessa de campanha feita pelo governador Marcelo Miranda de aplicar um choque na economia do Tocantins para dar suporte econômico, social e político às prefeituras.

“Até agora o governo estadual nada fez”, criticou Ataídes, lamentando a falta de

competência da atual gestão. O senador observou, no entanto, que a situação de penúria das prefeituras do Tocantins se repete Brasil a fora, por conta da incompetência e da irresponsabilidade do governo PT na condução da política econômica.

“A política desastrosa de concessão de subsídios e delegação de obrigações sociais tirou recursos dos nossos municípios e acabou com a capacidade de investimento das prefeituras. Quem sofre é a população”, afirmou Ataídes.

Ataídes apoia federalização de rodovias

O senador Ataídes pretende apresentar requerimento no Senado Federal para federalização das rodovias TO-280, que liga Natividade a Almas, TO-040, que liga Almas a Novo Jardim, e TO-110, que liga Novo Jardim a Novo Alegre, já na divisa com o Estado de Goiás.

O pedido foi feito pelo vereador da cidade de Dianópolis Bilsan Rodrigues de França (PSDB) durante encontro com o senador. “Todas essas rodovias são de grande importância para a população e para o escoamento de nossa produção. Nossa expectativa é que a federalização ajude a impulsionar a melhor manutenção e a segurança dessas estradas”, destaca Ataídes.



Foto: Daniel Bezerra

ESPERANÇA E RENOVAÇÃO

ATAÍDES OLIVEIRA

Séculos antes do nascimento de Cristo, na Grécia antiga, Aristóteles já ensinava: a esperança é o sonho do homem acordado. Depois de um ano arrasador, em que tantas ilusões foram desfeitas, em que avanços sociais e econômicos viraram pó e nos sentimos sem chão, envergonhados pelo lamaçal de corrupção e incompetência de um governo mentiroso e irresponsável, depois de tanto retrocesso e indignação, é hora de lembrar a lição do filósofo que marcou para sempre o pensamento ocidental.

Esperança é o sonho do homem acordado. As mentiras enfim desmascaradas e os riscos de uma crise política e econômica sem precedentes por certo acordaram mesmo aqueles que ainda insistiam em manter os olhos fechados. Acordados, é hora de alimentar nossos melhores sonhos e renovar, com o coração aberto, nossas mais profundas esperanças. Esperança de um Brasil em que oportunidades, justiça e prosperidade não sejam restritas a um ou outro grupo



Divulgação

privilegiado. Esperança de que o conceito de ética retome, de fato, um sentido real no nosso cenário político e de que a impunidade seja relegada a um passado distante.

Esperança de que o interesse público fale mais alto que os interesses pessoais e de que o radicalismo e a cegueira ideológica deem lugar ao diálogo e à busca efetiva de soluções para o caos econômico em que o Brasil está mergulhado.

Esperança de virar a página do patrimonialismo, do aparelhamento partidário. De que sociedade e instituições democráticas levem a fundo, de fato, a faxina moral já iniciada no núcleo do poder político e econômico. Esperança de uma guinada radical rumo a um sistema de saúde e de educação pública de qualidade. Esperança, enfim, de nos orgulharmos, uma vez mais, do nosso Brasil. 2016 é o ano da virada. Ano de esperança e de renovação. Vamos sonhar todos juntos. Sonhar acordados, para transformar a esperança em realidade.

2016 é o ano da virada, da esperança e da renovação. Vamos sonhar todos juntos. Sonhar acordados, para transformar a esperança em realidade

Alô Senado

É fácil ficar sabendo



O **Alô Senado** tem a finalidade de oferecer um canal de comunicação gratuito entre a população e os senadores. O atendimento telefônico é realizado de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h, pelo **0800 612211**.

O atendimento eletrônico está disponível pelo site www.senado.leg.br/alosenado. Por meio desse canal de comunicação, o cidadão pode expressar opiniões e críticas sobre o trabalho parlamentar, bem como oferecer sugestões e esclarecer dúvidas.

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

Saiba mais. Entre em contato pelo **Alô Senado**:
0800 612211
www.senado.leg.br/alosenado

www.senado.leg.br





Senador Ataídes Oliveira - PSDB / TO